

# Relativas livres e interrogativas parciais: como Óscar Lopes viu algumas destas construções<sup>1</sup>

Ana Maria Brito  
abrito@letras.up.pt

*Faculdade de Letras /Centro de Linguística da Universidade do Porto*

Gabriela Matos  
gmatos@letras.ulisboa.pt

*Faculdade de Letras /Centro de Linguística da Universidade de Lisboa*

## RESUMO

Neste artigo analisamos alguns aspetos sintáticos e semânticos das relativas livres e das interrogativas subordinadas parciais próprias e impróprias, desenvolvendo Brito (1991), Brito & Duarte (2003), Mória (1996), Veloso (2013), Matos & Brito (2013), Miotto & Lobo (2016), correlacionando-os com a forma como Óscar Lopes descreveu estas construções e destacando a ambiguidade estrutural e semântica de algumas delas. Defendemos a existência de diversos tipos de relativas livres com leitura definida, com leitura universal e com leitura indefinida.

## PALAVRAS-CHAVE

interrogativas subordinadas parciais, interrogativas verdadeiras, interrogativas impróprias ou falsas, relativas livres, Óscar Lopes, ambiguidade

## ABSTRACT

In this paper we analyze some syntactic and semantic properties of free relatives and *wh* subordinate interrogatives, both proper and improper, developing Brito (1991), Brito & Duarte (2003), Mória (1996), Veloso (2013), Matos & Brito (2013), Miotto & Lobo (2016), correlating them with the way Óscar Lopes described these constructions; we highlight structural and semantic ambiguity of some of *wh* constructions. We argue for the existence of several types of free relatives, mainly ones with definite, universal and indefinite meaning.

## KEYWORDS

*wh* subordinate interrogatives, proper and improper interrogatives, free relatives, Óscar Lopes, ambiguity

---

<sup>1</sup> Uma versão prévia deste texto foi apresentada no *Colóquio Comemorativo do 100º Aniversário do Nascimento de Óscar Lopes*, ocorrido nos dias 6 e 7 de Junho de 2017, na FLUP. Agradecemos à audiência os comentários feitos e a um revisor anónimo algumas observações que nos permitiram melhorar o texto original.

## 1. Introdução

No conjunto das chamadas construções *wh*<sup>2</sup> destacam-se as orações interrogativas e relativas, que têm em comum o emprego das expressões *wh*, tradicionalmente designadas pronomes e advérbios interrogativos e relativos.

As orações interrogativas parciais independentes, como (1a), caracterizam-se pela presença de formas *wh*, em geral colocadas na periferia esquerda da frase, embora na modalidade do oral seja também frequente o uso de *wh in situ*, como no exemplo (1b)<sup>3</sup>. Pelo contrário, as interrogativas parciais subordinadas não admitem a estratégia *in situ* quando apenas um constituinte é interrogado, como se pode ver no contraste de aceitabilidade entre (1c) e (1d). Esta última propriedade aproxima as interrogativas parciais subordinadas das orações relativas, como mostra (2):

- (1) a. O que comeste?  
       b. Comeste o quê?<sup>4</sup>  
       c. Perguntei-lhe o que comeu.  
       d. \*Perguntei-lhe comeu o quê.
- (2) a. Devolvi o que (tu) acabaste de ler.  
       b. \*Devolvi (tu) acabaste de ler o que/o quê.

No entanto, outras propriedades distinguem as interrogativas das relativas. Em especial, para muitos autores, entre os quais Óscar Lopes, as frases interrogativas caracterizam-se por não terem valor de verdade. Em interrogativas globais, como (3), a frase tem valor ilocutório de pergunta, mas, do ponto de vista semântico, é um molde proposicional, nem verdadeiro nem falso, sendo a resposta *sim* ou *não* que lhe atribui valor de verdade (Lopes (1971: 14, 249)<sup>5</sup>).

<sup>2</sup> Por estarem muito divulgadas nos estudos sintáticos, usaremos as siglas das categorias em inglês, assim como a própria designação de palavra ou sintagma *wh* para os constituintes interrogativos e relativos.

<sup>3</sup> Sobre *wh in situ ver*, e.o., Miotto & Lobo (2016: 275-277).

<sup>4</sup> Sobre a sintaxe das interrogativas *wh in situ ver*, entre outros, Kato (2013).

<sup>5</sup> Uma análise alternativa foi adotada por Karttunen (1977) e Adger & Quer (2001), que assumem que as

- (3) a. Estará a chover?
- b. Podes chegar aqui?

No caso das interrogativas parciais, como (1a)-(1c), há a pressuposição de existência de uma entidade (ou circunstância de tempo, lugar, maneira) e o locutor solicita uma informação sobre a identificação da variável, cujo valor desconhece.<sup>6</sup>

As interrogativas parciais em subordinadas são em geral selecionadas por predicados de inquirição (*perguntar(-se)*, *inquirir*, *querer saber*, cf. (4)); de desconhecimento (*ignorar*, *desconhecer*, *não saber*, cf. (5)); de comunicação e percepção (*dizer*, *ver*, *ouvir*), quando estão sob o escopo de um elemento negativo e de um operador de interrogação da frase raiz (cf. (6)), ou com o verbo *dizer*, quando este ocorre em frases imperativas que solicitam uma informação (cf. (7)).<sup>7</sup>

- (4) Perguntaram quem veio.
- (5) Desconheço o que aconteceu.
- (6) a. Não viste o que poderia perturbar a receção?
- b. Disseram-te quem veio?
- (7) a. Diga a quem gostaria de falar.
- b. Diga se precisa de alguma coisa.

Por sua vez, as orações relativas são subordinadas que funcionam como modificadores de um constituinte, tipicamente uma expressão nominal, como em (8), concebida como o antecedente do constituinte relativo:

---

interrogativas globais devem ser semanticamente analisadas como uma disjunção de proposições.

<sup>6</sup> Porque o desconhecimento pode recair sobre *mais do que uma* entidade, o locutor pode solicitar o valor de *mais do que* uma variável, produzindo neste caso, interrogativas *wh* múltiplas, como ilustrado em (i). Em línguas como o Português só um dos elementos pode ocupar a posição inicial da frase, ficando os restantes nas respetivas posições básicas:

(i) Quem deu o quê a quem?

Em línguas como o Romeno, o Búlgaro, o Checo, o Polaco ou o Russo, há movimento-*wh* múltiplo para a periferia esquerda das frases (cf., por exemplo, Rudin 1988, Stoyanova, 2008).

<sup>7</sup> Veja-se o trabalho de Adger & Quer (2001) sobre interrogativas não selecionadas em diferentes línguas.

- (8) a. Eu devolvi o livro que acabaste de ler.<sup>8</sup>  
b. Cumprimentei a pessoa que chegou.

Para além das relativas com antecedente<sup>9</sup>, existe um outro tipo de relativa em que a expressão nominal antecedente não é explícita, surgindo então a forma *wh* em posição inicial da oração subordinada, como em (9) e (10):

- (9) Eu devolvi o que acabaste de ler.<sup>10</sup>  
(10) Cumprimentei quem chegou.

Os exemplos em (9) contêm uma oração subordinada que tem sido designada *relativa livre* (Brito 1991)<sup>11</sup>. É sobre este tipo de relativa que nos debruçaremos.

Uma das características deste tipo de construção é a sua semelhança aparente com interrogativas parciais subordinadas<sup>12</sup>, vejamos os exemplos em (4) e (5). Em línguas como o português, tanto as relativas livres, como (9) e (10), como as interrogativas parciais subordinadas, como (4) e (5), são iniciadas pelas expressões *quem*, *o que*, *onde* e *são*, por isso, confundíveis.

Na sua *Gramática Simbólica do Português*, Óscar Lopes, ao debruçar-se sobre algumas construções *wh* subordinadas do tipo das mencionadas, em particular sobre os exemplos (11), (12) e (13), tece acerca delas considerações semânticas interessantes e inovadoras, sugerindo que a sua classificação é talvez o que menos interessa:

<sup>8</sup> Sobre a natureza de *que* nas relativas com antecedente ver Brito (1991), Brito & Duarte (2003), Veloso (2013), mais recentemente Rinke & Assmann (2017).

<sup>9</sup> Designadas em inglês “headed relatives”, na tradição linguística portuguesa estas relativas são geralmente denominadas “relativas com antecedente”. Para uma discussão sobre a sintaxe das orações relativas com antecedente ver Brito (1991), Brito & Duarte (2003), Cardoso (2017), Alexandre (2012), entre outros.

<sup>10</sup> O exemplo (9) tem ainda uma possível leitura de elipse nominal (*Devolvi o [-]<sub>N</sub> que acabaste de ler*, em que [-]<sub>N</sub> pode ter o valor de *livro*, mencionado no discurso anterior. Trata-se das chamadas falsas relativas livres, que não nos vão interessar neste artigo.

<sup>11</sup> Esta construção foi igualmente designada pelos termos de relativas *sem antecedente exposto* (Móia 1996), ou de *antecedente implícito* (Veloso 2013).

<sup>12</sup> Quer as interrogativas parciais quer as interrogativas globais encaixadas / subordinadas e selecionadas por um verbo matriz têm recebido nos estudos gramaticais a designação de ‘interrogativas indiretas’. Como as designações de ‘direta’ e ‘indireta’ podem ter uma incidência pragmática, no texto usaremos preferencialmente a designação de ‘subordinada’ ou ‘encaixada’.

(11) Disseram-me quem veio.

(12) Quem nasceu morrerá.

(13) É meu (tudo) o que vês.

No entanto, importa-nos analisar as propriedades destas construções à luz da discussão sobre interrogativas parciais subordinadas e relativas livres e, em particular, responder às seguintes questões: (i) Serão alguns dos exemplos em causa ambíguos entre a estrutura de relativa livre e a estrutura de interrogativa parcial subordinada? (ii) Por que razão, de diferentes modos, as relativas livres têm, apesar de tudo, mais pontos em comum com interrogativas parciais subordinadas do que com relativas com antecedente? (iii) Por que razão as relativas livres não são todas iguais e a sua interpretação é muito mais variável do que a das interrogativas parciais?

O texto tenta responder às questões apresentadas e está organizado da seguinte maneira. No ponto 2, depois desta introdução, faz-se um estudo acerca das semelhanças e diferenças entre relativas livres e relativas com antecedente, e entre relativas livres e interrogativas parciais subordinadas. No ponto 3, analisamos a forma como Óscar Lopes descreveu estas construções, em particular os casos ambíguos, procurando explicar o que poderá estar na base dessas ambiguidades e desenvolvendo as pistas suscitadas pelos dados considerados. Assim, analisaremos subtipos de relativas livres e abordaremos a leitura definida e universal das relativas livres, assim como a possibilidade de leitura indefinida. Seguem-se as conclusões e a bibliografia.

2. Relativas livres: semelhanças e diferenças com relativas com antecedente e interrogativas subordinadas próprias e impróprias

Na presente secção, recordaremos algumas propriedades que aproximam e distinguem relativas livres e com antecedente, e relativas livres e interrogativas subordinadas parciais próprias e impróprias.

## 2.1. Relativas livres e relativas com antecedente: semelhanças e diferenças

As relativas livres apresentam contrapartidas em relativas com antecedente realizado, como ilustrado em (14):

- (14) a. Eu cumprimentei quem chegou.
- b. Eu cumprimentei a pessoa que chegou.

De facto, as relativas livres podem surgir exatamente nos mesmos contextos que os sintagmas nominais contendo relativas com antecedente: para além de poderem ser selecionadas por verbos da oração matriz que não exijam frases por argumento — é o caso de *cumprimentar* em (14a) —, as relativas livres podem ser selecionadas por preposições (15a) e podem ocorrer em contextos não subcategorizados: veja-se (16a), em que a relativa livre é sujeito da frase matriz, (17a), em que a relativa livre é predicado, e (18a), em que a relativa livre está em Tópico:

- (15) a. As novas tecnologias de comunicação são boas para quem é novo.
- b. As novas tecnologias de comunicação são boas para as pessoas que são novas.
- (16) a. Quem chegou é meu amigo.
- b. O indivíduo que chegou é meu amigo
- (17) a. A Maria é quem está mais atenta nas aulas.
- b. A Maria é a pessoa que está mais atenta nas aulas.
- (18) a. Com quem eu quero casar, esse é mesmo um querido!
- b. A pessoa com quem eu quero casar, esse é mesmo um querido!

Há línguas com relativas livres mais complexas, com uma leitura universal, e que não admitem facilmente uma paráfrase com antecedente. É o caso do Inglês, como mostra Riemsdijk (2007: 360), em que *whatever*, diferentemente de *what*, não pode coocorrer com *no matter*:

- (19) a. (\*No matter) whatever Bill says, it always comes out wrong.  
b. No matter what Bill says, it always comes out wrong.

Mas também há diferenças entre relativas livres e relativas com antecedente. Como mostrado em Brito (1991), há restrições no uso dos morfemas *wh* em relativas livres; assim, *cujo* e *o qual* nunca são usados em relativas livres, sendo exclusivos das relativas com antecedente.<sup>13</sup>

- (20) a. Acabei de ler um jornal cujo editorial trata da crise do *Facebook*.  
b. \*Acabei de ler cujo editorial trata da crise do *Facebook*.  
(21) a. Acabei de ler um jornal com o qual me identifico muito.  
b. \*Acabei de ler com o qual me identifico muito.<sup>14</sup>

Este é um aspeto que aproxima as relativas livres mais das interrogativas parciais subordinadas (*\*Pergunto cujo leste; \*Pergunto o qual leste*) do que das relativas com antecedente. Contudo, como veremos a seguir, há muitas diferenças entre relativas livres e interrogativas parciais subordinadas.

## 2.2. Relativas livres e interrogativas parciais subordinadas: semelhanças e diferenças<sup>15</sup>

Como acabámos de ver, relativas livres e interrogativas subordinadas são aproximáveis quanto ao não emprego de algumas formas *wh* (nomeadamente *cujo* e *o qual*), o que, por sua vez, as afasta das relativas com antecedente. No entanto, há propriedades que distinguem relativas livres e interrogativas

---

<sup>13</sup> Quanto ao emprego de *que*, a questão é mais complicada; na verdade, se *que* pode ser usado em relativas infinitivas (Brito 1991, Móia 1996, Mioto & Lobo 2016) ele é, no entanto, impossível numa relativa livre finita, embora seja o elemento mais comum em relativas com antecedente em relativas de sujeito e de objeto:

- (i) Procuo (o) que ler nas férias.  
(ii) \*Devolvi que acabaste de ler.  
(iii) Devolvi o livro que acabaste de ler.

Como sabemos, *que* pode ser usado em interrogativas quer como variante de *o que* (como em (iv) e (v), quer como determinante (vi), o que mostra os seus diferentes valores e revela que certamente o *que* interrogativo não é da mesma natureza do *que* relativo (sobre esta questão, sobre a qual não nos alongaremos aqui, há uma extensa bibliografia para o Português, ver Brito 2001, Veloso 2013, Rinke & Assman 2017, entre outros):

- (iv) Que leste?  
(v) O que leste?  
(vi) Que livro leste?

<sup>14</sup> Este exemplo seria sempre agramatical como relativa livre por não exibir conformidade categorial.

<sup>15</sup> Vamos neste ponto seguir muito de perto Matos & Brito (no prelo).

parciais subordinadas. Consideremos algumas das principais diferenças entre relativas livres e interrogativas subordinadas parciais, que têm sido enunciadas por vários autores (Brito 1991, Matos & Brito 2013, Veloso 2013, entre outros, para o português europeu).

(i) Uma dessas propriedades é a ocorrência num mesmo domínio oracional de mais do que um morfema *wh*. O fenómeno de interrogativas *wh* múltiplas é uma característica que parece ser universal (cf. (22)). Pelo contrário, as relativas livres múltiplas são tipicamente agramaticais, como mostram os exemplos em (23)-(25), embora com formas do tipo *o que quer que seja*, *quem quer que seja* seja possível detetar alguma melhoria de aceitabilidade:

(22) Eu perguntei *quem* deu *o quê* a *quem*. (interrogativa subordinada)

(23) \*Eu devolvi *o que* deu *quem* a *quem*. (relativa livre)

(24) ??*O que quer que seja que faça a quem*, eu apoio-te.

(25) ??Eu admiro *quem quer que seja que faça o quê* nestes momentos de crise.

(ii) Já vimos que as interrogativas parciais subordinadas são essencialmente selecionadas por predicados matriz de comunicação, de inquirição ou de desconhecimento (como *perguntar*, *não saber*, etc.) que selecionam frases por argumento, enquanto as relativas livres podem ser selecionadas por predicados da frase matriz que não obedecem a essa restrição (ver exemplos (14a), (15a) e (16a)).

(iii) Tais verbos podem, em certas circunstâncias, selecionar um sintagma de natureza nominal (cf. (27a)), mas de modo muito mais restrito do que os verbos que selecionam relativas livres (veja-se (27b))<sup>16</sup>:

<sup>16</sup> Como tem sido notado, um verbo superior de inquirição, desconhecimento ou comunicação só pode selecionar um sintagma nominal nas chamadas interrogativas escondidas (*concealed questions*) (ii) ou quando o argumento interno pode ser objeto de conhecimento (iii) (Matos & Brito 2013, Veloso 2013):

(i) \* Eu perguntei o livro / \* Eu ignoro o livro / \* Eu disse o livro.

(ii) Eu perguntei as horas.

(iii) Eu perguntei / não sei / ignoro o caminho.

- (27) a. Pergunto {√ *isso* /?*essa questão* / \**essa atitude* / \**essa causa*}  
b. Admiro {√ *isso* /√ *essa atitude* / √ *essa causa* /? *essa questão*}

A propriedade (iii) decorre do facto de as interrogativas parciais subordinadas serem seleccionadas por predicados que preferencialmente aceitam argumentos oracionais, como indicado em (ii), acima.

(iv) Estes mesmos verbos podem seleccionar uma interrogativa parcial subordinada iniciada por *qual* seguido de *ser* com valor de identidade ou por determinante interrogativo *que* seguido de N (Velooso 2013: 2125):

- (28) a. Ele perguntou *quais eram as pessoas que* estavam na sala no momento da votação.  
b. Ele perguntou *que pessoas* estavam na sala no momento da votação.

Pelo contrário, as relativas livres não admitem nenhuma destas construções (Velooso 2013: 2125):

- (29) a. \*Eu admiro *quais são* as pessoas que vêm jantar.  
b. \*Eu admiro *que pessoas* vêm jantar.

(v) Decorre de (ii) e (iii) que as interrogativas parciais subordinadas, mas não as relativas livres, admitem a aproximação à construção de *se* + oração, uma vez que essas orações são o correspondente a interrogativas subordinadas globais (Velooso 2013: 2124):

- (30) a. Pergunto *se* eles fizeram isto.  
b. \*Admiro *se* eles fizeram isto.

(vi) As interrogativas subordinadas, como (31), ao contrário das relativas livres no português europeu padrão (32), podem coocorrer com *é*

*que*<sup>17</sup>, sugerindo que nas interrogativas parciais o constituinte interrogado se encontra focalizado, enquanto tal não acontece com o constituinte-*wh* nas relativas livres.

- (31) Pergunto/ignoro o que é que fizeste.  
 (32) ??/\*Cumprimentei quem é que chegou.

Contudo, as orações argumentais exibindo o morfema *wh* não são todas iguais, devendo distinguir-se entre as interrogativas parciais subordinadas verdadeiras ou próprias, como (4) e (5), repetidos em (33), que relatam uma pergunta ou exprimem um desconhecimento acerca do valor de uma variável, e as falsas ou impróprias, como (34), que têm um valor declarativo, e não solicitam o valor do constituinte instanciado pelo morfema *wh*, como mostra o facto de o valor desse constituinte poder ser explicitado no enunciado pelo próprio locutor/sujeito (cf. (34b)), sendo, por isso, proposições verdadeiras ou falsas (veja-se Suñer 1991, 1993, 1999, Rivero 1994, Lahiri 2002, para o Espanhol, Matos & Brito 2013, para o português)<sup>18</sup>:

- (33) a. Perguntaram *quem veio*.  
       b. Desconheço *o que aconteceu*.  
 (34) a. Ela explicou-me *o que a incomodava*.  
       b. Descobri *quem chegou: o Pedro e a Paula*.

Usualmente, a natureza do predicado superior é suficiente para determinar o valor interrogativo (cf. *perguntar, desconhecer*) ou declarativo

<sup>17</sup> Cardoso & Alexandre (2013) encontraram no corpus do CORDIAL-SIN algumas relativas livres com *é que*:

(i) "Portanto, o que é *que* cai é a neve e da neve faz água."(ii) "Quem é que tinha matado aquele bicho casava com a filha." Assinale-se que o corpus do CORDIAL-SIN é constituído por produções orais selecionadas de inquéritos dialectais representativos de 42 localidades ou micro-regiões no território português continental e insular. A proveniência é sociolinguisticamente homogénea, sendo as amostras produzidas por falantes naturais e residentes nas localidades rurais inquiridas, idosos e pouco escolarizados ou analfabetos. As autoras consideram que nas frases acima ilustradas há uma leitura de foco e de exaustividade, que pode ter uma paráfrase com advérbios do tipo de *precisamente / exatamente*. Do ponto de vista da análise sintática, este fenómeno justificará a hipótese de que CP ou ForceP pode marginalmente admitir FocP nas relativas livres.

<sup>18</sup> Recorde-se que as interrogativas verdadeiras não são asserções (declarativas) elas solicitam ao interlocutor sobre o valor de verdade ou falsidade de uma dada situação ou estado de coisas (ver a este propósito Lopes 1971: 14, 249), não tendo por isso um estatuto de verdade ou de falsidade.

assertivo (cf. *explicar; descobrir*)<sup>19</sup> da subordinada *wh*; neste segundo caso, trata-se de um predicado que também seleciona um sintagma nominal contendo uma relativa (*Ela explicou-me o problema que a incomodava / descobri a pessoa que chegou*). Porém, há casos em que tal não acontece e temos então uma construção, que, no seu conjunto, é ambígua estrutural e semanticamente, como (35a), em que a frase encaixada pode ter as interpretações explicitadas de (35b) a (35d): (i) interrogativa parcial subordinada própria, como indica a paráfrase em (35b) em que se introduz a subordinada; (ii) interrogativa imprópria, como mostra a possibilidade de ser parafraseada por uma frase declarativa iniciada pelo complementador *que* (cf. (35c)); (iii) e relativa livre, exibindo a paráfrase explicitada em (35d):

- (35) a. Ele ignorava o que o esperava.  
b. Ele ignorava se alguma coisa boa/má o esperava.  
c. Ele ignorava que alguma coisa boa/má o esperava.  
d. Ele ignorava aquilo que o esperava.

Tendo em vista propriedades como as apresentadas acima, tem sido assumido que as interrogativas parciais subordinadas são frases, argumentos internos oracionais de certos predicados superiores, que se distinguem claramente das relativas livres, que estão integradas numa estrutura de natureza nominal (Brito 1991, Mória 1996, Veloso 2013, Matos & Brito 2013, Miotto & Lobo 2016). No entanto, considerando as propriedades das interrogativas impróprias, apercebemo-nos de que as fronteiras entre estas construções *wh* não são completamente nítidas, não obedecendo a uma lógica de bipartição. Emerge, então, uma gradação de construções *wh*, tendo em vista o seu estatuto como orações sem ou com um valor de verdade atribuível e a sua não inclusão ou inclusão num constituinte nominal: interrogativas próprias e interrogativas impróprias e relativas livres. Finalmente, há casos ambíguos, em que a natureza do predicado da oração superior por si só não permite decidir que tipo de construção está presente.

---

<sup>19</sup> Trata-se de verbos que, na classificação de Hinzen & Sheehan (2011), são fracamente assertivos, cognitivos e definidos.

### 3. A análise de Óscar Lopes: problemas e pistas levantadas

As considerações apresentadas na secção anterior permitem-nos analisar algumas posições assumidas por Óscar Lopes em relação a construções *wh* do tipo de (11), (12) e (13) e evidenciar em que medida elas se justificam.

#### 3.1. Interrogativas próprias e impróprias e ambiguidade com relativas livres

Ao analisar a frase (11), aqui renumerada como (36),

(36) Disseram-me quem veio.

Óscar Lopes (1971: 218-9) aproxima-a de outras frases em que a seguir a “disseram-me” podemos ter: “qual é o caminho”, “que perda sofreste”, “quem veio”, “quantos faltam”, “quanto custa”, “onde estiveste”, “como procedeste”, “porque fugiste”, “quando ele virá”, propondo que estamos “perante a expressão originariamente interrogativa ou interrogativa-relativa de uma variável referentes a coisa(s), pessoa(s) ou circunstância(s) determinada(s).” E continua: “O modo interrogativo pode quase sempre interpretar-se como expressão de variável *livre* e portanto de molde proposicional. Mas as variáveis normalmente expressas por tais pronomes ou advérbios (*que, quem, quanto, onde, como, porque, quando*) aparecem nestas frases exemplificativas como quantificadas.”

E acrescenta: “Essa quantificação admite duas interpretações que o contexto permite, ou não distinguir. Com efeito, “disseram-me quem veio” pode significar “disseram-me que pessoa veio” ou “disseram-me que pessoas vieram” ou a disjunção lógica inclusiva das duas alternativas” (Lopes 1971: 219).

Assim, para Óscar Lopes, a ambiguidade de (36) reside no valor de *quem*, que pode designar tanto uma entidade singular ou uma entidade plural, ambiguidade essa que pode ser explicitada em paráfrases como (37), que são frases estruturalmente distintas e que patenteiam, ao nível da concordância plural no nome (*pessoa/pessoas*) e no verbo (*veio/vieram*), cada uma das leituras de (36):

- (37) a. Disseram-me que pessoa veio.
- b. Disseram-me que pessoas vieram.

Note-se que, em (36), nenhum valor é solicitado pelo locutor para *quem*, não havendo, portanto, uma subordinada interrogativa parcial, e, pelo contrário, infere-se que o locutor detém o conhecimento de *quem são as pessoas que vieram*, ainda que não o explicita; contudo, pode fazê-lo, como atestado em (38). Adicionalmente, a frase tem um valor de verdade atribuído: é assumida como verdadeira, como mostra a estranheza de exemplos como (39):

- (38) Disseram-me quem veio: o Pedro, o Manuel e a Paula.
- (39) #Disseram-me quem veio, mas é falso, pois não veio ninguém.

Quer dizer, a oração subordinada em (36) não tem valor interrogativo, não podendo ter como paráfrase uma interrogativa global encabeçada por *se*, mas sim com o complementador *que*, característico das frases subordinadas declarativas (cf. (40)). Comportamento oposto é evidenciado pelas interrogativas subordinadas parciais prototípicas em (41):

- (40) a. \*Disseram-me *se veio alguém*.
- b. Disseram-me *que veio alguém*.
- (41) a. Perguntaram-me *quem veio*.
- b. Perguntaram-me *se veio alguém*.
- c. \*Perguntaram-me *que veio alguém*.

Vimos acima que as chamadas interrogativas falsas ou impróprias diferem ainda das interrogativas verdadeiras pelo facto de ocorrerem obrigatoriamente em contexto de subordinação, i.e., não são interpretáveis na ausência do predicado da frase matriz que as selecciona, como ilustra o contraste de gramaticalidade entre a interrogativa parcial em (42a) e uma declarativa contendo um constituinte *wh*, como em (42b).

- (42) a. Quem veio?  
b. \*Quem veio.

Quer dizer, ainda que vigente em autores influentes dos anos sessenta a oitenta do século XX (e.g., Kartunen 1977), a classificação da oração encaixada em exemplos como (36) como interrogativa subordinada tem sido repensada a partir dos anos 80 do século XX (Plann 1982, Suñer 1991, 1993, 1999). De acordo com estas últimas abordagens, enquanto as frases selecionadas por verbos de inquirição, como *perguntar* em (41), são classificadas como *interrogativas subordinadas verdadeiras ou próprias*, as subordinadas selecionadas por verbos como *dizer* em (36) são tipicamente designadas como *interrogativas subordinadas falsas ou impróprias*.<sup>20</sup> Esta designação visa captar o carácter híbrido destas construções, como destacado por Matos & Brito (2013); trata-se, por um lado, de frases assertivas, com valor ilocutório declarativo; por outro, de frases que partilham propriedades com as interrogativas subordinadas parciais verdadeiras, nomeadamente, funcionando como argumento frásico do predicado do verbo da frase matriz (nos exemplos em (43) como seu objeto direto), apresentam constituintes com o morfema *wh* e admitem a focalização deste constituinte com *é que* (veja-se (43)):

- (43) a. Disseram-me *quem é que veio*.  
b. Perguntaram-me *quem é que veio*.

3.2. A ambiguidade estrutural entre as interrogativas (impróprias) e as relativas livres

Embora Óscar Lopes tenha visto a frase subordinada em (36) (*quem veio*) apenas como exemplo de ambiguidade semântica, envolvendo o constituinte *quem*, podemos aprofundar tal ambiguidade, de forma a evidenciar a ambiguidade estrutural entre frases interrogativas subordinadas parciais impróprias e relativas livres.

Como referido na *Introdução* deste artigo, as relativas livres caracterizam-

<sup>20</sup> Mas vejam-se os casos referidos em (6b) e (7a)-(7b).

se por não exibirem o antecedente do constituinte relativo expresso, como ilustrado em (44a), em que  $\emptyset$  representa o antecedente não expresso do pronome relativo. No entanto, as relativas livres são parafraseáveis por expressões nominais que comportam um antecedente realizado (cf. (44b)). Por isso, as relativas livres podem surgir com um verbo como *cumprimentar*, que seleciona por complemento apenas expressões nominais e não frases (cf. (44c)):

- (44) a. Eu cumprimentei [ $\emptyset$  *quem chegou*]  
b. O Paulo cumprimentou a *pessoa que chegou*.  
c. \*O Paulo cumprimentou *que a pessoa chegou*.

Voltando agora a nossa atenção para *dizer*, vemos que este verbo pode selecionar tanto uma frase como um sintagma nominal, como seu argumento interno. Esse sintagma nominal designa tipicamente algo que possa ser objeto de comunicação, como mostra o contraste em (45):

- (45) a. O João disse uma graça / uma anedota / uma adivinha / uma receita / um poema.  
b. \*O João disse a pessoa / uma pessoa / um livro / uma casa.

Contudo, quando *dizer* assume, no contexto em que ocorre, o significado de *indicar*, *revelar*, pode selecionar um sintagma nominal designando uma entidade, nomeadamente nos casos em que este sintagma nominal tem a sua referência restringida por uma relativa, como em (46a); em (46b) a oração encaixada pode então ser considerada uma relativa livre:

- (46) a. Para eu ficar a par da situação, disseram-me as *pessoas que vieram*.  
b. O misterioso visitante disse *quem (ele) era*.  
(quem era = a pessoa que (ele) era)

Deste modo, uma frase como *Disseram-me quem veio* é uma frase ambígua. À ambiguidade semântica descrita por Óscar Lopes, pode

adicionar-se a ambiguidade estrutural entre uma frase *interrogativa subordinada parcial imprópria* e uma *relativa livre*.

### 3.3. Interrogativas impróprias, relativas livres e valor condicional

Ao analisar construções *wh* num contexto não subcategorizado, mais especificamente na posição de sujeito de uma frase como (47), Óscar Lopes faz considerações interessantes.

(47) Quem nasceu morrerá.

Óscar Lopes começa por sugerir que (47), tal como outras frases similares, constitui um exemplo das “chamadas interrogativas indiretas” (*Gramática Simbólica do Português*: 250). Porém, não sendo esta oração selecionada por nenhum verbo interrogativo, de desconhecimento ou de comunicação, nem estando sob um verbo assertivo de conhecimento, ela não parece ser uma interrogativa subordinada própria ou imprópria, mas antes uma relativa livre. Com efeito, dado que *morrer* não é um verbo que seleccione um argumento frásico, *quem nasceu* só pode ser um constituinte nominal complexo, uma relativa livre, que alterna com uma relativa com antecedente, no caso um antecedente quantificado, como em (48).

(48) Toda a pessoa que nasceu morrerá.

Que terá levado Óscar Lopes a usar a expressão “as chamadas interrogativas indiretas” ao referir-se a exemplos como (47)? Uma primeira hipótese de explicação pode prender-se com o facto de a designação de relativa livre só se ter tornado corrente na literatura sobre o português a partir de Brito (1991), apesar de a expressão de pronome relativo indefinido ou sem antecedente já aparecer em Said Ali (1931: 109, 110).<sup>21</sup> Por outro lado, a não assunção da distinção entre interrogativas próprias e impróprias poderá ter motivado o autor a identificar o que atualmente designamos como relativa livre com uma oração

<sup>21</sup> A designação de *relativo sem antecedente* surge, de facto, em Said Ali (1931:109), que o designa como pronome *relativo indefinido* e considera que ele “gera orações de carácter substantivo”, enquanto “o relativo propriamente dito (com antecedente) dá origem a orações de carácter adjetivo (cf. Said Ali 1931: 110).

declarativa assertiva patente em interrogativas subordinadas impróprias.

Por sua vez, levanta-se a questão da origem etimológica dos morfemas *wh* numa língua como o português, bem como a da diversidade de valores das subordinadas relativas.

Com efeito, sobre a construção em (47), Óscar Lopes escreve que orações deste tipo “se podem exprimir em latim e em grego clássico como condicionais (“se alguém nasceu morrerá”), portanto, como definidamente proposicionais, o que de resto está de acordo com a nossa interpretação, atrás proposta, segundo a qual esse *quem* (nas línguas clássicas alternativamente relativo, condicional, interrogativo e indefinido) se encontra quantificado, equivalendo ora a *alguém*, ora a *todo aquele que*” (Lopes 1971: 250).

De facto, em Latim, a frase (48) corresponderia a (49a), ou, sem a conjunção condicional, a (49b):

- (49) a. *Si quis natus est morietur.*  
se alguém nascido é morrerá  
b. *Quis natus est morietur.*  
quem nascido é morrerá

Quanto ao Grego, a frase equivalente seria (50a), ou sem a conjunção condicional (50b):

- (50) a. *ειτιςγενετο αποθανειται*  
[ei tis egeneto apothaneitai]  
‘Se alguém nasceu morrerá’  
b. *οστιςγενετο ποθανε ται*  
[hostis egeneto apothaneitai]  
‘Aquele que nasceu morrerá’

A forma *στις* (*hostis*) é designada por várias gramáticas de grego antigo como relativo-indefinido, porque junta as formas dos pronomes relativo (*ς*) e do pronome indefinido (*τις*), sendo normalmente traduzido como

*todo aquele que; quem quer que*<sup>22</sup>. Quer dizer, Óscar Lopes apercebe-se claramente da íntima relação entre as formas *wh* / *Qu-* (relativas ou interrogativas), o valor condicional e a quantificação.

A diversidade de usos das orações relativas, nomeadamente em orações temporais e condicionais, tem vindo a ser destacada na literatura do século XXI para várias línguas. Assim, por exemplo, Lecarme (2008: 210) considera que em Somali as orações condicionais são relativas livres modalizadas e Haegeman (2010: 220-221) faz notar que mesmo línguas como o inglês ou o francês apresentam estratégias de relativização para expressar condicionais:

- (51) a. In the event that the proposal is not accepted...  
b. In case the proposal is not accepted...  
(52) Au cas où tu le verrais, téléphone-moi.

#### 3.4. Relativas livres, relativas com antecedente, morfemas *wh* e quantificadores

Ao apresentar o exemplo (53), Óscar Lopes detém-se mais uma vez sobre o valor quantificacional do constituinte *wh*:

- (53) É meu (*tudo*) o que vês.

Convém, antes de mais, referir que, ao colocar entre parêntesis o quantificador *tudo*, Óscar Lopes sugere, desde logo, que a interpretação deste exemplo é compatível tanto com uma relativa com antecedente quantificado explícito (cf. (54a)), como com uma relativa livre (cf. (54b)), em que o valor quantificacional do antecedente não linguisticamente expresso é recuperado pelo contexto:

- (54) a. É meu tudo o que vês.  
b. É meu o que vês.

---

<sup>22</sup> Agradecemos reconhecidamente a Jorge Deserto a tradução para latim e grego dos exemplos de Óscar Lopes, assim como o comentário sobre a natureza das formas.

Óscar Lopes propõe que na frase (53) se exprimem “duas funções coincidentes, uma proposicional e a outra designatória, como explicitado em (55):

- (55) “1 - “a função proposicional “vês x”, cuja variável (expressa pelo pronome relativo) foi presa por um quantificador, o que origina um produto lógico do tipo de  $\forall x$  (vês x  $\wedge$  x é meu); 2 –a função designatória, cujo elemento variável, ou genérico, percorre o conjunto dos valores que satisfazem a essa função proposicional, ou seja, o conjunto das coisas vistas pelo interlocutor nas circunstâncias supostas.” (Lopes 1971, p. 307).

Óscar Lopes destaca, pois, dois aspetos importantes:

- (i) A aproximação entre morfemas *wh* e quantificadores, aproximação que o Grego Clássico mostra de maneira explícita (ver secção 3.3 do presente estudo);
- (ii) O que designamos atualmente por relativas livres é muitas vezes ambíguo entre uma interpretação definida (*aquele que ...*) e uma interpretação universalmente quantificada (*todo aquele que... / quem quer que...*).

Desenvolveremos estes dois aspetos seguidamente.

#### 3.4.1. Morfemas *wh* e quantificadores

Em várias abordagens, que remontam pelo menos a Chomsky (1973, 1977), as expressões *wh* são consideradas quantificadores; vejam-se as representações em Forma Lógica (FL) atribuídas a (56) e a (57):

- (56) Quem viste?

FL: para x: x uma pessoa, tu viste x.

- (57) Tu viste toda a gente.

FL: para todo o x: x uma pessoa, o João viu x.

Um dos argumentos a favor deste paralelismo entre formas *wh* e quantificadores é o chamado efeito de *Weak Cross Over*:

(58) \* Quem<sub>i</sub> é que a sua mãe viu t<sub>i</sub>?

FL: [para x: x uma pessoa], a sua<sub>i</sub> mãe viu t<sub>i</sub>

(59) \* A sua<sub>i</sub> mãe gosta de [todo o estudante]<sub>i</sub>.

FL: [para todo o estudante]<sub>i</sub>, a sua<sub>i</sub> mãe gosta de t<sub>i</sub>

A agramaticalidade de (58), paralela à de (59), não se deve a uma violação do Princípio C da Teoria da Ligação, pois em (58) o pronome *sua* não é ligado no domínio restrito da frase a que pertence, mas a um efeito de cruzamento do pronome contido em *sua* por *quem*, conhecido sob a designação de *Weak Cross Over*. Independentemente da explicação formal deste fenómeno, ele mostra o paralelismo de (56) e (57) e favorece a ideia de, nos dois casos, estarmos perante um certo tipo de ligação, uma dependência com um constituinte não-argumental (A-barra), visto que se concebe que tanto o morfema *wh* como o quantificador sobem para uma posição periférica exterior ao domínio frásico propriamente dito, mas arrastando consigo o papel temático que o verbo da oração tem para atribuir. Tal tipo de dependência parece afetar tanto movimentos *wh* em sintaxe visível (como em Português e Inglês) como em sintaxe não visível, i.e., em Forma Lógica (como no Chinês), nas chamadas línguas *wh in situ* (Huang 1982).

Em suma, Óscar Lopes evidencia o paralelismo entre morfemas *wh* e quantificadores, paralelismo tanto mais notório quanto se sabe que em certas línguas, como o Grego Clássico, há similitude nas formas usadas para interrogar e construir relativas livres e para quantificar.

### 3.4.2. Subtipos de relativas livres e o problema da interpretação

Tem sido notado por vários linguistas que, ao contrário dos morfemas *wh* em interrogativas parciais, em que ao morfema *wh* está associada uma interpretação existencial no escopo de um operador de interrogação, aos

morfemas *wh* nas relativas livres podem estar associados diferentes tipos de interpretação, em particular a interpretação definida e a interpretação universal. Em inglês essa distinção é clara porque nessa língua os morfemas *wh* em relativas livres podem ou não ligar-se ao sufixo *-ever*. Assim, os exemplos em (60a) e (61a) exibem respetivamente, a interpretação definida explicitada em (60b) e a interpretação universal presente em (61b) (exemplos de Riemsdijk 2007).

- (60) a. I ate *what the waiter put on my plate*.  
b. I ate the thing that the waiter put on my plate.
- (61) a. I will ate *whatever the waiter will put on my plate*.  
b. I will eat anything / everything that the waiter will put on my plate.

Mesmo sem o sufixo *-ever*, o morfema *wh* pode ter interpretação universal, dependendo do tipo de predicção, como em (62):

- (62) I will eat what happens to be on the menu.

Por outras palavras, os morfemas *wh* em relativas livres são à partida ambíguos e é muitas vezes o tipo de predicção (genérica ou específica) contida na oração que nos esclarece sobre se estamos perante a interpretação universal ou a interpretação definida. Jacobson (1995), citada por Riemsdijk (2007: 362-3), mostra que o que acontece com os morfemas *wh* em relativas livres é que eles se relacionam com a noção de “entidade máxima plural”: isto é, “se num dado domínio há só um indivíduo atómico com uma dada propriedade, então a entidade plural máxima com essa propriedade é aquela que consiste nesse indivíduo atómico” (tradução nossa). Assim, “uma relativa livre como *o que a Maria recomendou* denota o conjunto de entidades máximas plurais que a Maria recomendou (e não apenas um conjunto de indivíduos recomendados pela Maria). Uma vez que esse conjunto pode ser limitado a uma única entidade singular, então damos conta do facto de as relativas livres serem umas vezes definidas, outras vezes universais.” (tradução nossa).

Esta propriedade foi notada igualmente por Grosu & Landman (1998) e

Grosu (2000) sob a designação de “efeito de maximalidade” das relativas livres. Ambos os autores referem, por isso, que um dos contextos adequados à ocorrência de relativas livres de interpretação universal são os provérbios; vejam-se, por exemplo, (63) e (64):

(63) Quem vai ao mar perde o lugar.

(64) O que não tem remédio, remediado está.

Mas há ainda um outro tipo de relativa livre, aquele que tem uma interpretação indefinida, que nos parece estar ausente das reflexões de Óscar Lopes. Veja-se exemplos como (65a), e a sua paráfrase de relativa com antecedente, em que, no domínio do verbo *haver*, a interpretação é indefinida:

(65) a. Há quem ache que Donald Trump vai ganhar.

b. Há algumas pessoas que acham que Donald Trump vai ganhar.

O mesmo tipo de interpretação indefinida ocorre em frases como (66), exemplo apresentado em Riemsdijk (2007: 371), que aqui traduzimos:

(66) Ele transportava o que a tripulação pensou ser uma lata de gasolina.

Riemsdijk (2007) designa este tipo de relativas livres como “transparentes”, e apresenta os seus contextos de ocorrência característicos:

(i) Estas relativas livres surgem em contextos que potenciam o aparecimento de expressões indefinidas, como o verbo *haver* (veja-se o contraste entre (67a) e (67b)-(67c):<sup>23</sup>

(67) a.\* Havia o avião na autoestrada.

<sup>23</sup> Um revisor fez notar que o efeito de definitude que caracteriza *there to be* em Inglês não se verifica com *haver*, em Português, como alguns dados do corpus do CRPC ilustram: (i) “E depois, há os macaenses. Os filhos da terra”; (ii) “Dito de outro modo, há o verso e o reverso, a outra face da moeda.” Concordamos que o efeito de definitude não parece ser tão forte em Português como o é em Inglês. No entanto, a possibilidade de DPs definidos em construções com *there to be* em Inglês é notada por diversos autores se houver uma interpretação de lista. (cf., entre outros, Reuland & ter Meulen (1987: 17).

b. Havia um avião na autoestrada.

c. Havia o que parecia ser um avião na autoestrada.

(ii) Podem surgir com modificadores intensionais, seja adjetivais, como *alegado*, *presumível* ou adverbiais (*alegadamente*, *presumivelmente*):

(68) Serviram-me o que alegadamente se poderia chamar um bife.

(iii) Quando colocada na posição de sujeito, a relativa livre iniciada por *que* / *what* pode desencadear concordância plural:

(69) O que parecia serem aviões privados estavam na autoestrada.

(iv) Neste tipo de relativas *o que* pode referir-se a humanos:

(70) Ela contactou o que eu tomei por um polícia para ficar de noite na entrada da casa.

(v) Em inglês o sufixo *-ever* é impossível neste tipo de relativas livres mostrando que a leitura universal é impossível:

(71) \*There was whatever appeared a jet on the free way.

(vi) Pode haver coordenação de SNs predicativos, de interpretação indefinida, e de uma relativa livre deste tipo, como em (72):<sup>24</sup>

(72) Naquela instituição há incompetentes e quem se faça passar por bom.

(73) \* Naquela instituição há incompetentes e os estudantes.

Estamos aqui diante de um tipo distinto de relativas livres, que, para além do carácter indefinido, tem um conteúdo predicativo.

---

<sup>24</sup> Isto não exclui outros casos de coordenação em contextos semelhantes, como os exemplos seguintes evidenciam:

(i) Naquela instituição há incompetentes e estudantes.

(ii) Naquela instituição há os incompetentes e os estudantes.

Apenas queremos realçar aqui a possibilidade de coordenação da relativa livre com um SN indefinido, como em (72).

Em síntese: neste parágrafo referimos alguns tipos distintos de relativas, as relativas livres que podem ter quer uma leitura definida quer uma leitura universal; neste último caso, há línguas que marcam morfologicamente essa leitura com o sufixo *-ever*, como é o caso do Inglês. Em português tal sufixo não existe mas há um tipo de construção *o que quer que seja / quem quer que seja*, que resulta certamente de um processo de gramaticalização muito complexo, que aqui não analisámos, mas que evidencia bem a leitura universal das relativas livres. A este tipo de relativas livres Óscar Lopes faz uma menção especial na *Gramática Simbólica do Português*, anunciando a noção de “efeito de maximalidade” a que vários autores se referiram muitos anos mais tarde. Por fim, fizemos referência a um tipo de relativa livre de leitura indefinida, a que Óscar Lopes não faz referência na sua obra, e cujo estudo se impõe. Deixamos para outra ocasião essa análise.

#### 4. Síntese e conclusões

Neste artigo fez-se um estudo acerca das semelhanças e diferenças entre relativas livres e relativas com antecedente, e entre relativas livres e interrogativas parciais subordinadas: mostrámos, desenvolvendo estudos clássicos sobre o tema, que as relativas livres se distinguem das relativas com antecedente por não poderem conter certos morfemas *wh* que requerem ter um antecedente explícito (*cujo* e *o qual*) e que as relativas livres são diferentes de interrogativas subordinadas parciais por várias propriedades, uma das quais é a sua natureza categorial: as relativas livres são expressões nominais, as interrogativas subordinadas parciais são frases.

Analisámos, em particular, a forma como Óscar Lopes descreveu estas construções e principalmente casos ambíguos como *disseram-me quem veio*; para além de ambiguidade semântica tentámos mostrar que há também aqui ambiguidade estrutural, uma vez que frases deste tipo tanto podem conter uma interrogativa subordinada parcial imprópria (um constituinte oracional) como uma relativa livre (um constituinte nominal). Óscar Lopes apercebeu-se da aproximação entre morfemas *wh* e quantificadores, aproximação que o Grego Clássico mostra de maneira explícita. Por sua vez, notou que aquilo que designamos atualmente relativas livres é muitas vezes ambíguo

entre uma interpretação definida (*aquele que ...*) e uma interpretação universalmente quantificada (*todo aquele que... / quem quer que...*), antecipando aquilo que é hoje designado como o “efeito de maximalidade” das relativas livres. Para além das relativas livres de leitura definida e de leitura universal, referimos igualmente as propriedades fundamentais das relativas livres de leitura indefinida.

A análise permitiu mostrar que há uma “gradação” de construções *wh*: 1 - nas interrogativas subordinadas parciais próprias há uma variável sob o escopo de um operador de interrogação expresso por um certo tipo de verbo (*perguntar, ignorar*); como consequência, a variável tem uma interpretação unicamente existencial; 2 - nas interrogativas subordinadas parciais impróprias ou falsas a variável está sob o escopo de um verbo que poderíamos classificar como fracamente assertivo e cognitivo (*descobrir, explicar*), tendo a variável, quando expressa numa forma *wh*, igualmente valor existencial; 3 – nas relativas livres a variável não está, em geral, sob o escopo de nenhum dos verbos referidos e, encontrando-se a oração integrada numa estrutura nominal, a construção pode ter diferentes valores semânticos, definido, universal e indefinido; 4 - pode haver ambiguidade (semântica e estrutural) se a construção reunir algumas das condições previstas em 2 e 3, nomeadamente quando a variável está sob o escopo de um verbo de comunicação como *dizer*, talvez por este ser o mais neutro dos verbos de comunicação e por poder assumir, consoante o contexto, um valor semântico próximo dos verbos referidos em 2, isto é, quando sinónimo de *descobrir, revelar*.

## REFERÊNCIAS

- Alexandre, N. 2012. *The Defective Copy Theory of Movement: Evidence from Wh-Constructions in Cape Verdean Creole*, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins. <http://benjamins.com/#catalog/books/cll.41/main>
- Adger, D. & J. Quer. 2001. The syntax and semantics of unselected embedded questions, *Language*, 77(1): 107-133.
- Brito, A. M. 1991. *A sintaxe das orações relativas em Português. Estrutura, mecanismos interpretativos e condições sobre a distribuição dos morfemas relativos*. Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Linguística da Universidade do Porto. Porto.
- Brito, A. M. & Duarte, I. 2003. Orações relativas e construções aparentadas. In Mateus, M. H. et al. 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*, 6ª ed., Lisboa: Caminho, 675 – 684.
- Cardoso, A. 2017. *Portuguese Relative Clauses in Synchrony and Diachrony*. Oxford: Oxford University Press.
- Cardoso, A. & Alexandre, N. 2013. Relativas clivadas em variedades não standard do português europeu. In F. Silva; I. Falé & I. Pereira (orgs.). *Textos Seleccionados do XVIII ENAPL, 2012*, Porto: APL, 205-227.
- Chomsky, N. 1973. Conditions on Transformations. In S. Anderson & P. Kiparsky (eds.), *A Festschrift for Morris Halle*. New York: Holt Rinehart and Winston, 232-286.
- Chomsky, N. 1977. On Wh-Movement. In P. W. Culicover, T. Wasow & A. Akmajian (eds.), *Formal Syntax*. New York: Academic Press, 71-132.
- Grosu, A. & Landman, F. 1998. Strange Relatives of the Third Kind. *Natural Language Semantics* (6) : 125-170.
- Grosu, A. 2000. Type resolution in relative constructions. Feature marking and dependency encoding. In Alexiadou, A., Law, P., Meinunger, A. & Wilder, C. 2000 (eds.), *The Syntax of Relative Clauses*. Amsterdam: John Benjamins, 83-120.
- Haegeman, L. 2012. *Adverbial Clauses, Main Clause Phenomena, and the Composition of the Left Periphery*. Oxford: Oxford University Press.
- Hinzen, W. & Sheehan, M. 2011 Moving towards the edge: the grammar of reference, *Linguistic Analysis* 37,405-458.
- Huang, C. T. J. 1982. *Logical relations in Chinese and the theory of grammar*. PhD dissertation, MIT.

- Jacobson, P. 1995. On the Quantificational Force of English Free Relatives. In E. Bach, E. Jelinek, A. Kratzer & B. Partee (eds.) *Quantification in Natural Languages*. Dordrecht: Kluwer, 451-486.
- Karttunen, L. 1977. Syntax and Semantics of Questions. *Linguistics and Philosophy* 1: 3-44.
- Kato, M. 2013. Deriving “wh-in-situ” through movement in Brazilian Portuguese. In V. Camacho-Aboada, A. Jimenéz-Fernández, Martín-J. Gonzáles, & M. Reyes-Tejedor (eds.) *Information Structure and Agreement*, Amsterdam: John Benjamins, 175-191.
- Lahiri, Utpal. 2002. *Questions and Answers in Embedded Contexts*, Oxford: Oxford University Press
- Lecarme, J. 2008. Tense and modality in nominals. In Jacqueline Guéron & Jacqueline Lecarme (eds.), *Time and modality*. Dordrecht: Springer, 195–225.
- Lopes, Ó. 1971. *Gramática Simbólica do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1ª edição.
- Matos, G. & Brito, A. M. 2013. The alternation between improper indirect questions and DPs containing a restrictive relative. In V. Camacho-Aboada, A. Jimenéz-Fernández, Martín-J. Gonzáles & M. Reyes-Tejedor (eds.) *Information Structure and Agreement*, Amsterdam: John Benjamins, 83-116.
- Matos, G. & Brito, A.M. 2018. Relativas livres e interrogativas parciais: paralelos e diferenças, *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, Nº 4 – 09 / 2018 | 152-167 | <https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln4ano2018a38>
- Mioto, C. & Lobo, M. 2016. Wh movement: interrogatives, relatives and clefts. In W. L. Wetzels, S. Menuzzi & J. Costa (eds.) *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Wiley-Blackwell, 275-293.
- Móia, T. 1996. A sintaxe das orações relativas sem antecedente expresso do Português. In Gonçalves, A. & Colaço, M. & Miguel, M. & Móia, T. 1996. *Quatro estudos em sintaxe do Português. Uma abordagem segundo a teoria dos princípios e parâmetros*. Lisboa: Edições Colibri, 149-188.
- Plann, S. 1982. Indirect Questions in Spanish, *Linguistic Inquiry*, 12: 297-312.
- Reuland, E. & ter Meulen, A. 1987 Introduction. In Reuland, E. & ter Meulen, A. (eds.) *The representation of (In)definiteness*, Cambridge, MA: The MIT Press, 1-20.
- Riemsdijk, H. 2007. Free Relatives. In Everaert, M. & van Riemsdijk, H. (eds.) *The Blackwell Companion to Syntax*, Blackwell, 338-382.
- Rinke, E. & Assmann, E. 2017. The Syntax of Relative Clauses in European Portuguese. Extending the Determiner Hypothesis of Relativizers to Relative *que*. *Journal of*

- Portuguese Linguistics*, 16 (4): 1–26. DOI: <https://doi.org/10.5334/jpl.172>
- Rivero, M. L. 1994. On indirect questions, commands and the Spanish quotative *que*. *Linguistic Inquiry* 25: 547-55.
- Rudin, C. 1988. On multiple questions and multiple wh-fronting. *Natural Language and Linguistic Theory* 6: 445-501.
- Said Ali, M. 1931 *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições. Melhoramentos, 1964.
- Stoyanova, M. 2008. *Unique focus: languages without multiple wh-questions*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Suñer, M. 1991. Indirect Questions and the structure of CP: Some consequences. In H. Campus & F. Martínez-Gil (eds.) *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht, Foris Publications, 183-203.
- Suñer, M. 1993. About indirect questions and semi-questions. *Linguistics and Philosophy*, 16: 45-77.
- Suñer, M. 1999. La subordinación sustantiva: la interrogación indirecta. In I. Bosque & V. Demonte (eds.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, 2147-2195.
- Veloso, R. 2013. Subordinação relativa. In Raposo, E., F. Nascimento, M.A. Mota, L. Segura & A. Mendes. 2013. *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. II: 2061 – 2134.